

Grupos de todos os estados propõem mudanças para o país

Devido aos limites de espaço, publicamos apenas uma pequena parte das propostas parciais que recebemos dos grupos. Para isto, procuramos obedecer a ordem de chegada das propostas à Coordenação do Curso e a divulgação das reflexões do maior número possível de grupos.

Reforma Agrária MIRAD

A concentração das terras no Brasil tem chegado a níveis extremos, agravada pela política adotada pelos últimos governos. Assim sendo, torna-se imprescindível que o governo da Nova República adote uma nova estrutura agrária para o País, de forma a agilizar respostas para os conflitos agrários existentes, e que se multiplicam, expulsando assim os trabalhadores rurais de sua região de origem.

Vale ressaltar também que a Reforma Agrária não corresponde à simples reorientação da política fundiária, mas sim, deve constituir-se numa política inovadora, cujo processo não fique apenas sob a responsabilidade do MIRAD/INCRA e, sim, conte com o apoio das outras áreas ministeriais, dos governos estaduais e municipais, além de entidades de classe, diretamente vinculadas com a problemática agrária.

Consideramos também que a Reforma Agrária não se limita a um assunto meramente técnico, mas sobretudo, numa decisão política que impulsiona as proposições técnicas. Além disso, deverá também levar em consideração a participação e a colaboração do trabalhador rural, o qual constitui-se no grande beneficiário deste processo.

Portanto, como servidores do MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário) acreditamos que, somente esta mudança na estrutura agrária propiciará ao trabalhador rural condições necessárias à sua sobrevivência, à sua condição de cidadão.

Assim, há necessidade de uma modernização do campo e uma modernização da agricultura. Isto significa medidas específicas de apoio aos assentados, no que tange à política agrícola e implantação de infra-estrutura e equipamentos sociais básicos.

Para tal, consideramos a seguir algumas medidas necessárias para que se atinja uma reforma agrária progressiva, coerente e que se constitua numa resposta adequada aos anseios populares:

1. A qualidade do assentamento deve ser assunto prioritário;
2. O importante é o modelo econômico: o pequeno e médio agricultor não têm condições de crédito;
3. É preciso que a estratégia de se mudar o trabalhador rural de um lado para outro não mais ocorra, pois geralmente ela visa desarticular os movimentos de classe;
4. A solução técnica só tem sentido quando associada à mentalidade do homem do povo, pois a Reforma Agrária deve emergir das bases para os gabinetes;
5. Ao invés de somente distribuir terras, torna-se necessário gerar a infra-estrutura básica para que o trabalhador permaneça na terra;
6. Junto aos assentados, o MIRAD precisa trabalhar com técnicos de saúde, educação, previdência social, etc.;
7. Lançar a questão: qual o critério certo para o crédito rural? Há uma discriminação em favor dos grandes proprietários, em detrimento dos pequenos;
8. É preciso lutar para que a mentalidade do "nada dá certo" não ganhe força. Isto se volta para o interesse de alguns: não mudar a estrutura convém para que a Reforma Agrária não se concretize;

9. Evitar, com a Reforma Agrária, o grande perigo de retalhar o País sem direcionamento;

10. Atenção especial às terras produtivas só para a exportação, pois as empresas rurais beneficiam a proprietários e prejudicam inúmeros trabalhadores rurais;

11. As decisões políticas precisam contar com a participação do povo o qual necessita de uma conscientização sobre a importância do desenfocamento do processo de Reforma Agrária no atual contexto brasileiro;

12. É preciso lutar para que o bóia-fria tenha direito à saúde e alimentação;

13. O Exército deverá participar da Reforma Agrária nas áreas de conflito, desde que devidamente capacitado para não reprimir as manifestações dos trabalhadores rurais, e sim apenas, manter a ordem;

14. No estudo das desapropriações deve-se ter o cuidado de uma análise criteriosa do solo, para que o trabalhador rural não seja prejudicado no que tange ao crédito rural, em virtude de receber terras não agricultáveis ou de difícil acesso;

15. Cada grupo de estudos sobre a Constituinte deve eleger um representante que acompanhe a elaboração da nova Constituição, sendo que este representante deverá manter atualizado seu grupo de origem para análise e discussão dos assuntos abordados.

Administração Regional de Sobradinho

A Reforma Agrária deverá ser executada tendo como base dispositivos que evitem que a terra se torne uma bem de valorização imediata, transformando-se, assim, em objeto de especulação e enriquecimento de pessoas despreparadas para tirar o seu sustento do trabalho nesta terra.

Sob este ângulo de visão achamos que não se deve dar escritura ou a titulação das terras, mas apenas reconhecer a posse e dar condições plenas de segurança para que o produtor não sinta os temores comuns com relação a investimentos e esforços desenvolvidos. Isto seria um arrendamento com prazos dilatados ou mesmo não definidos, contendo cláusulas que possibilitem ao poder público retomar as glebas que dentro de um determinado prazo não tenham sido utilizadas para a produção de alimentos.

Isto por certo dificultaria o processo de retorno ao sistema de latifúndios, uma vez que ao se permitir a venda indiscriminada, quem pode comprar as propriedades vizinhas, formando novamente grandes propriedades, tirando o caráter social das terras envolvidas na reforma.

A fixação de módulos ou propriedades máximas interfere no processo produtivo, uma vez que considera o produtor incapaz de explorar economicamente e convenientemente grandes áreas, sendo que está provado o contrário e isto não irá acabar como nenhum processo ou interferência acaba com a figura do trabalhador rural, seja ele empregado fixo ou bóia-fria.

Estas preocupações se baseiam nos fatos recentes em que a maioria dos imóveis destinados pelo Governo do Distrito Federal num programa de assentamento populacional para famílias de baixíssima renda foram vendidos a terceiros e especuladores.

Acreditamos que a fixação de condições rigorosas e a exigência no cumprimento destas condições além de selecionar os verdadeiros necessitados de terras, evitará que se mate a galinha dos ovos de ouro.

Qualquer programa social desenvolvido deverá levar em conta que nem todos são trabalhadores, mas que existem também os aproveitadores, preguiçosos e especuladores inescrupulosos. É contra estas pessoas que deveremos ter dispositivos para travar uma batalha em iguais condições e acabar com o famigerado "jeitinho brasileiro".

Antes de mais nada temos que fazer uma profunda Reforma Agrícola ou da mentalidade que se tem hoje do produtor agrícola, considerado até um cidadão de segunda classe, para poderemos posteriormente pensar em reforma agrária.

Deve-se levar o desenvolvimento e a assistência ao homem do campo no campo e não colocar equipamentos e assistência para o homem que migrou por falta destes fatores que lhe permitiam o desenvolvimento. Já não poderíamos achar, por exemplo, que a electricidade no campo seja apenas luxo, mas sim um insumo básico e fator de melhoria da condição de vida.

Na nova Constituição deveremos dispensar uma maior atenção para aqueles que produzem os alimentos para a nação, acabar com os vergonhosos programas de distribuição de alimentos e pôr fim ao paternalismo que só protege os improdutivos e incentiva a ociosidade. Devemos, isto sim, dar condições para que cada um pesque o seu peixe, mas nunca dar o peixe já pescado.

CNPq

- Criar agrovilas, dando todas condições de produção ao trabalhador e de vida digna às famílias.
- Fiscalizar os latifúndios para evitar a sonegação de impostos.
- Desapropriar as terras das multinacionais.

- Criar órgãos de fiscalização com a participação maciça dos trabalhadores.
- Autonomia do Poder Judiciário e a criação da Justiça Agrária.
- Estabelecer prioridade para a produção de alimentos.
- Financiamento e assistência ao pequeno produtor.
- Limitação das propriedades rurais, conforme os parâmetros da realidade nacional.
- Registro e fiscalização de todas as propriedades.
- Criar grupos executivos em todas as regiões, de modo que atendam a real necessidade dos trabalhadores.

IBDF

1. Melhor distribuição da terra tendo por objetivo a terra eficiente e correta de maneira a preservar o meio ambiente, oferecendo ao agricultor um programa de capacitação com aprendizagem de tecnologia e extensão rural.
2. Amparo assistencial, apoio técnico e financeiro, além da obtenção de meios de escoação da produção favorecendo a produção de ali-

mentos para o mercado interno (política agrícola bem definida).

3. Distribuição de terras em lotes iguais, fixando o prazo para quitação e aquisição de títulos definitivos para as terras que durante um determinado período apresentaram produtividade suficiente, para a manutenção de um programa definido pela política agrícola.

Ciência e Tecnologia

MIRAD

A revolução técnico científica veio para incrementar a produção na medida em que facilita o manuseio de dados com precisão e maior rapidez, melhorando assim, as condições de trabalho e de vida do ser humano. Podemos considerar também que a criação de novas áreas de trabalho propicia o surgimento de novos empregos, exigindo com isso, que o trabalhador se especialize.

Com a aplicação da tecnologia o trabalhador terá mais tempo para si mesmo, para o lazer com sua família; poderá, com isso, aprimorar o seu intelecto, além de melhorar também sua condição social. Vale ressaltar que o incentivo à pesquisa na área da ciência e tecnologia é de relevante importância, pois só assim poderemos desenvolver uma tecnologia própria, e com isso atingir a formação de pessoal qualificado.

Enfatizamos também que a reserva de mercado da informática é um assunto que, de forma alguma, pode ser esquecido na nova Constituição, e portanto, lutaremos juntos para que essa Carta Magna assegure todos esses benefícios à sociedade, evitando, com isso, que apenas pequenos grupos sejam beneficiados.

Cibrazem/Mato Grosso do Sul

Acreditamos que o Brasil deva conquistar sua liberdade tecnológica, e não apenas importar pacotes científicos das nações do Primeiro Mundo, visando somente o uso da mão de obra brasileira. O nosso parecer a respeito de uma Revolução Técnico-Científica é que a mesma deva acompanhar um processo cultural de sua população, porque, visando ao ser humano, o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias inadequadas continuará favorecendo pequenos grupos. Somos da opinião de que as necessidades da população, determinem os procedimentos para gerar tecnologias, até o ponto em que o homem possa vir a ser utilizado como fonte criadora.

Transporte

Cibrazem/Pará

Porque atende somente aos interesses dos proprietários das empresas de transporte coletivo, uma vez que os mesmos detêm inexplicáveis e absurdos monopólios concedidos pelas autoridades competentes. Assim sendo, o ideal para a resolução do problema em tela é a estatização do transporte coletivo e/ou a permissão governamental para a concorrência perfeita nesse setor.

OS SERVIDORES DO MIRAD/INCRA ATRAVÉS DE SUAS ASSOCIAÇÕES ASSEMBIR/ASSINGIRA CONVIDAM

SEMINÁRIO: A QUESTÃO AGRÁRIA E A CONSTITUINTE

LOCAL: AUDITÓRIO DOIS CANDANGOS (UB)

DATA: 29, 30 e 31 de Outubro

HORÁRIO: 8:30 hs. às 12:00 hs.

APOIO: MIN DA AGRICULTURA (EMBRATER)
MIN DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE (MDU)
COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO (CFP)

Curso CONSTITUINTE CONSTITUICAO

Subs Áreas...

Suas Propostas...

Novos Rumos...

PARTICIPE!

Curso CONSTITUINTE CONSTITUICAO

ASSER

Curso CONSTITUINTE CONSTITUICAO

ASSER

Educação CAN

I - Pré-escola: construção de pré-escolas mantidas pelo poder público, na finalidade de preparar a criança para entrar no novo mundo (escola) que terá como função primordial o despertar desta para o seu mundo.

II - 1º grau: O ensino de 1º grau deve ser integral (escolas com atividades das mais diversas possíveis funcionando todo o dia). Ainda nesta fase deve-se estudar mais a história dos povos que originaram nossa etnia.

III - 2º grau: O ensino de 2º grau deve estar atrelado ao de 3º, fazendo então um novo sistema de vestibular (o rendimento do aluno garante o acesso à Universidade).

IV - 3º grau: Integração da Universidade com a empresa (formação de escolas-empresas que absorviriam a mão de obra provinda das universidades).

V - Escola pública X escola privada: Suspensão imediata dos subsídios do governo à escola privada. (estatização gradativa do ensino particular).

VI - Analfabetismo: programa nacional de erradicação do analfabetismo do adulto culminando com a Reforma Agrária. (vide proposta anterior do Grupo sobre o assunto). Lema proposto: "Educar para libertar".

VII - Direito à informação: os meios de comunicação de massa (TV e rádio) devem ser obrigados a publicar trabalhos educativos e culturais do MEC, MINC, de estudantes, sindicatos e outras entidades em horário gratuito, no bre e vasto.

VIII - Direito à cultura: A cultura popular deve ser amplamente desenvolvida com a deselitização do acesso a cultura tradicional e com o apoio aos pequenos escritores, grupos teatrais, cinema alternativo e rádios-piratas.

A escola pública deve ser soberana, sem influências das doutrinas políticas do Governo, em todos os níveis escolares transformação da educação num pólo de cultura e tecnologia; garantia do ensino a jovens dos 07 aos 18 anos, criação de escolas técnicas que manutivam a qualidade dos recursos humanos para a educação (maior rigidez na escolha dos professores); destinar 20% do PIB para a educação; extinção das matérias de EMC e OSPB e introdução das de Filosofia e Sociologia; repensar os métodos de avaliação como "provas para passar de ano", das condições de desenvolvimento para os alunos que optarem pela auto-didática; extinção dos programas de ensino elaborados pelo MEC (a elaboração deve ser feita por professores e alunos); criação da disciplina de Educação Sexual;

"No círculo de cultura, a rigor, não se aprende, ensina-se em caráter de reciprocidade".

SNAB

- Abertura de mais escolas na zona rural, facilitando o acesso através de transporte escolar, p.e.
- As crianças carentes da periferia das grandes cidades serão atendidas por escolas que, além de cumprir a função de ensino, velarão pela alimentação e atenção sanitária dos seus alunos. Escola, portanto, a período integral.
- O Governo deve ocupar-se da melhor remuneração dos professores para que haja, efetivamente, uma melhoria na qualidade de ensino; e para que os jovens sintam-se estimulados a se dedicarem à tarefa educativa, como opção profissional.
- A qualidade do ensino deverá, ainda, ser recuperada pela implantação

do período integral no 1º e 2º Gaus. Os currículos devem ser enriquecidos com novas matérias e com a criação, p.e., de laboratórios de línguas, para que os alunos não tenham que recorrer às escolas particulares de idiomas.

- Por outro lado, o Governo subsidiará o ensino privado, desde que, efetivamente, este atenda parcialmente as pessoas menos favorecidas economicamente. Será rigoroso o controle da aplicação destes subsídios que devem permitir o acesso de todos os cidadãos à Educação.

- Ficará a critério da escola privada estabelecer o ensino religioso que desejar. E ainda, a sua organização interna: programas, professores, livros, etc.

- A Universidade deve assumir um papel de observadora, cooperadora, e catalizadora nas mudanças almejadas pela sociedade. Para isso, deverá atravessar seus limites e trabalhar em conjunto com a sociedade, através de programas onde professores e alunos sintam de perto as reais necessidades da população.

- Os currículos devem ser ajustados à realidade nacional, contendo além do aspecto técnico-científico, a formação social, a fim de que o aluno possa mensurar a importância da profissão escolhida junto ao contexto social.

- É necessária a volta dos Conselhos Diretores ou Universitários e a consequente descentralização dos poderes das reitorias.

- O funcionamento da Universidade precisa ocorrer nos turnos da manhã e da noite a fim de facilitar e democratizar seu acesso a todos os interessados.

- A pesquisa acadêmica será financiada pelo Governo, de modo satisfatório. Não se permitirá a manipulação da pesquisa para fins exclusivamente utilitaristas das grandes empresas.

Cibrazem/Sede

I. O Brasil é uma das potências econômicas mundiais. Dizemos em potencial de riquezas, pois no entanto conta com número de analfabetos que coarctamos. Esta falta advém da necessidade de um investimento efetivo por parte do governo na educação. Educação no Brasil, nunca foi uma prioridade. A educação já consta na Constituição como um dever do cidadão. O que ocorre é o descumprimento do direito constitucional.

2. Propostas:

- Valorizar a profissão do professor, determinando salários dignos, meios de aperfeiçoamento de sua função e seleção através de concursos públicos em todos os níveis.
- Destinar recursos substanciais para a escola pública. Apanelhando-as melhor, aplicando currículos adequados, aperfeiçoando os conteúdos programáticos.
- Reprogramar a educação para adultos.

Dotar a população de condições dignas de sobrevivência para que se tenha condições de assimilar as informações e instruções transmitidas na escola.

3. O ensino básico tem que ser obrigatório, e oferecer condições às famílias para o cumprimento dessa obrigatoriedade.

4. As escolas técnicas devem ser incentivadas, possibilitando assim um maior número de técnicos no mercado de trabalho.

5. A permanência dos alunos nas escolas deveriam ser de tempo integral, favorecendo a educação e formação total dos indivíduos.

6. A reforma do Ensino Superior deve ser de estrutura e de conteúdo.

É preciso que tenhamos um povo físico e intelectualmente estruturado. Por que, então, não se pensar no ingresso automático nas Universidades àqueles que demonstrem capacidade para tal nos três últimos anos que antecedem ao curso superior? Por que permitir a proliferação de "cursinhos", já comprovadamente uma das maiores fontes de renda? Por que não se considerar a necessidade e validade da continuação do Vestibular? Um dispêndio absurdo de gastos e energia, não só para as próprias Universidades, como também, para o vestibulando. Ao pensarmos em educação, devemos deixar os obrás faraônicas de lado e procurar criar novas universidades, abrindo campo aos menos afortunados, não deixando que ela seja privilégio de poucos. Afinal, nem só os bem nascidos têm chances de serem doutores.

Não podemos deixar, e por isso temos que lutar, que a Constituição incorpore o ENSINO PRIVADO, travestido de Ensino Público, beneficiando com os recursos que tanta falta fazem ao ENSINO OFICIAL.

IBDF

1. Para uma elite dominante é mais conveniente ter um grande número de analfabetos, sem cultura, sem educação, possibilitando assim a manipulação da maioria da população.
2. Acabar com vestibular, fazendo uma reforma substancial no ensino de base. O vestibular não mede nível de conhecimento, e é necessário um ensino mais honesto, mais sincero, mais digno.
3. O ensino básico tem que ser obrigatório, e oferecer condições às famílias para o cumprimento dessa obrigatoriedade.
4. As escolas técnicas devem ser incentivadas, possibilitando assim um maior número de técnicos no mercado de trabalho.
5. A permanência dos alunos nas escolas deveriam ser de tempo integral, favorecendo a educação e formação total dos indivíduos.
6. A reforma do Ensino Superior deve ser de estrutura e de conteúdo.

Direitos Humanos Didática/UnB

a) O negro enfrenta o problema de sua cor principalmente pela discriminação social e o racismo.

A situação sócio-econômica geralmente é de péssima qualidade, ou seja a pobreza lidera a população negra.

E isto é reforçado pelas barreiras na ascensão social que, direta ou indiretamente impedem da pessoa negra sair do sub-mundo e galgar os degraus da pirâmide social.

b) O índio - A problemática indígena está inserida na do homem do campo, dos deserdados, dos trabalhadores rurais e urbanos expulsos do campo e, quando na cidade, confinados às periferias. A ele são negados os direitos elementares do cidadão brasileiro, sob o pretexto de proteção do Estado.

A grande luta dos índios sempre foi voltada para a demarcação de suas terras, como forma, de impedir possíveis conflitos sociais.

c) A mulher - Apesar de toda evolução da mulher na sociedade, ela é ainda sujeita a várias discriminações, tais como, salários inferiores, dupla jornada de trabalho além das tarefas do lar.

d) Os idosos - Estes sofrem também a chamada discriminação por idade. É impedido de várias realizações e é rotulado como "velho", simplesmente. O que não deveria acontecer porque eles ainda tem muito para dar, dentro da sua capacidade e precisam agora receber mais carinho, mais atenção e, acima de tudo, serem respeitados no seu direito.

Nossa proposta para estes problemas é a seguinte:

- Que sejam respeitadas rigorosamente os ditames legais contra qualquer tipo de discriminação racial, contra o índio, as mulheres e os idosos.
- Aos índios que sejam respeitadas suas reivindicações, sua cultura, suas necessidades.
- Que o Governo coloque na direção da FUNAI os legítimos representantes que visem os interesses dos índios e não os próprios.
- Que a mulher: que seja fornecida a ela condições de participar da política sócio-econômica, facilitando creches, boas jornadas de trabalho, direito a permanecer empregada mesmo estando grávida, salários compatíveis com seu trabalho, sem diferença do homem só por ser mulher.
- Aos idosos que sejam oferecidas atividades que eles consigam realizar, abertura para realizar negócios desde que estejam em condições de fazê-los. Aos sem família, bons ambientes, promooes sociais, assistência médico-hospitalar. Enfim que sejam reconhecidos como seres humanos que deram sua vida toda e já estão precisando de algum reconhecimento por tudo que fizeram.

Moradia

Cibrazem/Pará

Simplesmente, dando acesso a uma melhor distribuição de renda, visto que a oferta de moradia é grande e a demanda é que é fredda pela falta de condições financeiras da população. Se não vejamos: como pode um cidadão almejar uma residência com o avulso salário mínimo em vigor? Como tentar uma casa pelo Sistema Financeiro de Habitação, se o mesmo construiu moradas de pobres com prestações caras?

Com a efetivação concreta da renda per capita, haverá resolução, tanto para o problema da moradia, quanto para a crise no setor da construção civil.